

**POÇO FUNDO ENERGIA S.A. – CNPJ 11.296.694/0001-72 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas: Cumprindo determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis desta sociedade, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Recife, 24 de abril de 2023.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS**

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	6.740	3.662	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	6.695	2.705
Contas a receber (Nota 7)	1.496	1.370	Fornecedores (Nota 11)	627	1.260
Impostos a recuperar	51	51	Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 12)	747	4.109
Despesas antecipadas	190	127	Obrigações tributárias (Nota 13)	281	190
<b>Total ativo circulante</b>	<b>8.477</b>	<b>5.210</b>	Obrigações sociais	41	33
			<b>Total passivo circulante</b>	<b>8.391</b>	<b>8.297</b>
			<b>Não Circulante</b>		
<b>Não Circulante</b>			Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	38.973	45.325
Realizável a longo prazo			Conta de ressarcimento – CCEE (Nota 12)	3.198	2.183
Depósitos judiciais (Nota 8)	1.433	1.433	<b>Total passivo não circulante</b>	<b>42.171</b>	<b>47.508</b>
Impostos a recuperar	-	241	<b>Patrimônio Líquido (Nota 14)</b>		
Imobilizado (Nota 9)	90.129	92.534	Capital social	59.398	59.398
Intangível	256	274	Prejuízos acumulados	(9.665)	(15.511)
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>91.818</b>	<b>94.482</b>	<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>49.733</b>	<b>43.887</b>
<b>Total ativo</b>	<b>100.295</b>	<b>99.692</b>	<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>100.295</b>	<b>99.692</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS**

	2022	2021
<b>Operações continuadas</b>		
Receita líquida (Nota 15)	17.069	10.079
Custos de operação (Nota 16)	(3.411)	(4.400)
<b>Lucro bruto</b>	<b>13.658</b>	<b>5.679</b>
Despesas gerais e administrativas	(2.716)	(3.703)
<b>Lucro operacional</b>	<b>10.942</b>	<b>1.976</b>
Receitas financeiras (Nota 18)	379	167
Despesas financeiras (Nota 18)	(4.951)	(3.892)
<b>Despesas financeiras, líquidas (Nota 18)</b>	<b>(4.572)</b>	<b>(3.725)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>6.370</b>	<b>(1.749)</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	(524)	(330)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>5.846</b>	<b>(2.079)</b>
Ações no fim do exercício (em milhares)	118.795	118.795
Lucro (prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício em milhares de Reais	0,05	(0,02)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS**

	2022	2021
<b>Lucro líquido / ((Prejuízo) do exercício</b>	<b>5.846</b>	<b>(2.079)</b>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>5.846</b>	<b>(2.079)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM MILHARES DE REAIS**

	Capital social	Adiantamento para Futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>52.361</b>	<b>7.933</b>	<b>(13.432)</b>	<b>46.862</b>
Aumento de capital (Nota 14)	7.037	(7.037)	-	-
Redução de valores destinados a AFAC pelos acionistas	-	(896)	-	(896)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.079)	(2.079)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>59.398</b>	<b>-</b>	<b>(15.511)</b>	<b>43.887</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	5.846	5.846
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>59.398</b>	<b>-</b>	<b>(9.665)</b>	<b>49.733</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS**

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro / ((Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>6.370</b>	<b>(1.749)</b>
Ajuste para reconciliar o resultado do exercício		
Depreciação (Nota 9)	2.493	2.545
Amortização	18	18
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 10)	4.512	3.856
Varição de ativos e passivos		

Contas a receber	(126)	(75)
Impostos a recuperar	300	(242)
Despesas antecipadas	(62)	154
Fornecedores	(633)	949
Obrigações sociais	8	5
Contas a pagar CCEE	(2.347)	5.018
Obrigações tributárias	91	(927)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>10.624</b>	<b>9641</b>
Juros sobre empréstimos pagos (Nota 10)	(4.171)	(4.178)
IR e CS pagos	(566)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.887</b>	<b>5.374</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 9)	(114)	(731)
Aquisições do intangível	8	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(106)</b>	<b>(731)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital (Nota 14)	-	7.037
Reversão de valores destinados a AFAC (Nota 14)	-	(896)
Pagamento de empréstimos (Nota 10)	(2.703)	(2.368)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(2.703)</b>	<b>(3.264)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos</b>	<b>3.078</b>	<b>1.379</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>3.662</b>	<b>2.283</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>6.740</b>	<b>3.662</b>

\* As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 9.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1 – Contexto operacional**

A Poço Fundo Energia S.A (a “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 16 de outubro de 2009, com sede na Rua Francisco da Cunha, 178, Boa Viagem, Recife, Estado de Pernambuco e tem por objeto social a geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela Maxxima Energia Ltda.

O Empreendimento iniciou suas operações em 2 de outubro de 2020 com a finalização da construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Poço Fundo, conforme Despacho nº 2.823 da ANEEL.

<u>PCH</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada MW (**)</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Poço Fundo	RJ	São José do Vale do Rio Preto	14.000kW	2/10/2020	27/06/2044*

\* A data de término foi prorrogada de 25 de novembro de 2043 para 27 de junho de 2044, conforme Despacho ANEEL nº 1.426 de 31/05/2022.

**(\*\*) Não auditado**

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 19 de abril de 2023.

**a) Contrato de Energia de Reserva – CER**

A Companhia firmou, em 28 de dezembro de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 30 anos, a contar a partir de 1 de março de 2020, ao preço de R\$ 234,70/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Conforme Contrato de Energia de Reserva CER nº 403/16 com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a operação comercial deveria ter acontecido em 1 de março de 2020, mas de acordo com a Nota Técnica nº 649/2020 da ANEEL, esse prazo foi postergado em 137 dias, ou seja, para 16 de julho de 2020, devido ao atraso da liberação da Autorização de Supressão Vegetal (ASV) pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) do Estado do Rio de Janeiro. .

Em 9 de outubro de 2020, a Companhia ingressou junto a ANEEL com outra solicitação de alteração do cronograma de implantação e com o excludente de responsabilidade do empreendedor, devido aos atrasos provocados pela pandemia do COVID-19. Em 31 de maio de 2022, a ANEEL emitiu o Despacho nº 1.426 alterando a data de início de operação de 01 de março de 2020 para 02 de outubro de 2020.

Com a emissão do Despacho nº1.426 a ANEEL reconheceu o Excludente de Responsabilidade acrescentando 215 dias de atraso na implantação da PCH Poço Fundo. Com isso, foi prorrogado o prazo de Outorga até 27/06/2044 possibilitando também a assinatura junto a CCEE do 1º Termo Aditivo ao CER nº403 acrescentando os 215 dias e postergando o início de 01/03/2020 para 02/10/2020 do Contrato de Energia de Reserva (CER) da usina PCH Poço Fundo e passando a ter vigência até 01/10/2050.

**1.2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### **1.3. Conflito entre Rússia e Ucrânia**

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas não afetaram a Poço Fundo.

A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento.

### **1.4. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas**

O ano de 2022 foi um ano de condições climáticas favoráveis a geração de energia através de fontes hidráulicas, como é o caso da PCH Poço Fundo, visto o volume alto de chuvas, o que melhorou a eficiência na capacidade de geração de energia e diminuiu as perdas operacionais através da adequação dos processos de qualidade da manutenção. O clima mais favorável também ajuda na diminuição das perdas no sistema de transmissão de energia.

A energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico, visto que a capacidade do reservatório da PCH Poço Fundo é muito pequena. Sendo assim, a operação da usina depende efetivamente da vazão do rio através do seu fluxo natural de correntes. A barragem da PCH Poço Fundo tem sua matriz de classificação de barragens junto a ANEEL de nível BAIXO, conseqüentemente, não se enquadrando na Resolução Normativa ANEEL nº696/2015 e sem a necessidade de apresentação de plano de contingência.

## **2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

### **Alterações adotadas pela Companhia**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

- Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

•Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

(i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

## **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros**

Conforme o OCP 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A partir do momento da entrada em operação, teve início o reconhecimento da depreciação dos ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem.

#### (b) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

### 4 Gestão do risco financeiro

#### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

#### (a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### (b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo setor financeiro.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>			
Fornecedores	627		
Empréstimos e financiamentos	<b>6.695</b>	<b>6.695</b>	<b>32.278</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Fornecedores	1.260		
Empréstimos e financiamentos	<b>2.705</b>	<b>2.705</b>	<b>39.915</b>

#### (c) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### 4.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, entre outros.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total dos empréstimos (Nota 10)	45.668	48.030
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(6.740)	(3.662)
Dívida líquida (a)	38.928	44.368
Total do patrimônio líquido	49.733	43.887
Total do capital (b)	<u>88.661</u>	<u>88.255</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	44%	50%

#### Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	6.740	3.662
Contas a receber	<u>1.496</u>	<u>1.370</u>
	<u>8.236</u>	<u>5.032</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	45.668	48.030
Fornecedores (Nota 11)	<u>627</u>	<u>1.260</u>
	<u>46.295</u>	<u>49.290</u>

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundo Fixo	15	15
Bancos conta movimento (i)	882	2.975
Aplicações financeiras (ii)	5.843	672
	<u>6.740</u>	<u>3.662</u>

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

(ii) As aplicações financeiras são referentes a:

- a) CDB mantido junto ao Banco Itaú, indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. A taxa média de remuneração da aplicação é de 94% do CDI.
- b) Fundo Referenciado DI junto ao Banco Bradesco, Fundo Federal Extra DI, que busca rentabilidade que acompanhe as variações do CDI., que possui uma remuneração média em 2022 de 97,53% do CDI (2021 – 97,27% da CDI).

## 7. Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber referente a venda de energia	<u>1.496</u>	<u>1.370</u>
	<u>1.496</u>	<u>1.370</u>

Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. O prazo médio de recebimento é muito curto e a Companhia não possui nenhum histórico de perda, visto que comercializa a energia apenas com a CCEE.

## 8. Depósitos judiciais

A Poço Fundo possui a DUP (Declaração de Utilidade Pública), conforme Nota Técnica nº 538/2016-SCG/ANEEL e o Decreto Nº 42.364 de 22 de março de 2010 do Rio de Janeiro, onde versa que as terras necessárias para a instalação e operação da usina, podem ser desapropriadas. No entanto, alguns proprietários dessas terras negaram-se a fazer acordos amigáveis com a Companhia.

Dessa forma, a Poço Fundo precisou entrar com processos na justiça para adquirir as terras necessárias, bem como as servidões de passagem. O juiz concedeu a posse provisória dessas terras, mediante os depósitos judiciais efetuados pela Companhia. Vide movimentação a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Em 1º de janeiro	1.433	1.433
Adições	-	-
Em 31 de dezembro	<u>1.433</u>	<u>1.433</u>

## 9. Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e equipamentos (I)</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Reservatórios Barragens e adutora</u>	<u>Edificações, obras civis e benfeitorias</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Adiantamento a fornecedores (II)</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	2081	36.623	7	41.281	9.963		4.392	94.348
Transferência		(1.412)		4.994	766		(4.348)	
Aquisições		341			390			731
Depreciação		(1.220)		(1.003)	(321)			(2.545)
Saldo contábil, líquido	<u>2.081</u>	<u>34.332</u>	<u>7</u>	<u>45.272</u>	<u>10.798</u>		<u>44</u>	<u>92.534</u>
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	2.081	34.332	7	45.272	10.798		44	92.534

Saldo contábil, líquido	2.081	34.332	7	45.272	10.798	44	92.534
Em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	2.081	34.332	78	45.272	10.798	44	92.534
Transferência		26				(26)	-
Aquisições		85				3	88
Depreciação		(1.210)		(1.003)	(280)		(2.493)
Saldo contábil, líquido	2.081	33.233	7	44.269	10.518	3	90.129
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	2.081	33.233	7	44.269	10.518	3	90.129
Saldo contábil, líquido	2.081	33.233	7	44.269	10.518	3	90.129
Taxa de depreciação	-	4%	10%	4%	4%		

i) Refere-se às turbinas, geradores, painéis elétricos, comportas, pontes rolantes entre outros.

(iii) Adiantamentos efetuados a fornecedores, vinculados as parcelas relacionadas a assinaturas do contrato para fornecimento, projeto, instalação e montagem das Usinas pendentes de faturamento.

## 10. Empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	45.668	48.030
Total	45.668	48.030
Circulante	6.695	2.705
Não circulante	38.973	45.325
Total	45.668	48.030

Em 27 de novembro de 2018, a Companhia celebrou o contrato junto ao Bando Nacional de Desenvolvimento – BNDES para concessão de financiamento, no valor total de R\$ 45.000, dividido em dois subcréditos (A e B, nos montantes de R\$ 42.985 e R\$ 2.015, respectivamente) para construção da PCH.

Sobre o principal da dívida, decorrente dos subcréditos A e B, incidirão juros à taxa de 3,33% + TJLP ao ano. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu o montante total de R\$ 45.000.

O principal da dívida será pago em 228 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de outubro de 2020 e a última prestação em 15 de setembro de 2039. Durante o período de carência, os juros foram capitalizados trimestralmente até o início da operação. A partir de 15 de outubro de 2020, os juros são quitados, mensalmente.

### Covenants

O contrato possui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros. De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não deixou de cumprir com os índices financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### Garantias financeiras

Como garantia dos empréstimos as intervenientes da Companhia (Maxxima Energia, Energias Sul e DJMF Energia), dão em penhor a totalidade das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela Companhia, bem como dividendos, rendimentos, e demais direitos creditórios decorrentes da titularidade das ações.

Também, a Companhia cederá fiduciariamente a totalidade dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Energia de Reserva nº 403/2016 (CER), a totalidade dos direitos creditórios decorrentes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que a Companhia vier a celebrar, os créditos que venham a ser depositados nas contas garantia do Contrato de Empréstimo, os direitos emergentes da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.004, de 12/07/2011, alterada pelo Despacho ANEEL nº 2.193, de 24/07/2017 que compreenderá, mas não se limitará: o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Outorgante à Companhia, ao direito de gerar energia elétrica pela Companhia e a todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da Autorização.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2022	2021
2023	-	2.705
2024	6.695	2.705
2025 em diante	32.278	39.915
	38.973	45.325

### Reconciliação da dívida líquida

	2022	2021
Empréstimos de curto prazo	6.695	2.705

Empréstimos de longo prazo	38.973	45.325
Total da dívida	45.668	48.030
Caixa e equivalentes de caixa	(6.740)	(3.662)
Dívida líquida	<u>38.928</u>	<u>44.368</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>		<b>50.720</b>
Juros provisionados		3.856
(-) Liquidação principal		(2.368)
(-) Liquidação juros		(4.178)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>48.030</b>
Juros provisionados		4.512
(-) Liquidação principal		(2.703)
(-) Liquidação juros		(4.171)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<u><u>45.668</u></u>

#### 11. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Siton (i)	165	611
Denge Engenharia e consultoria	228	228
Gevisa S.A.	-	135
Yasud Maritima Seguros.	-	89
Saur Equipamento	-	94
Chubb Seguros do Brasil	126	-
Outros fornecedores	108	103
	<u>627</u>	<u>1.260</u>

(i) Saldo a pagar a Siton quando da apresentação de toda documentação solicitada em contrato, previsto para concluir em 2023.

#### 12. Conta de ressarcimento – CCEE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Câmara de Comercialização de Energia (a) CP	747	4.109
Câmara de Comercialização de Energia LP	3.198	2.183
	<u>3.945</u>	<u>6.292</u>

(a) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado, conforme CER. Os valores classificados no circulante referem-se a valores que vencerão nos próximos 12 meses.

#### 13. Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ICMS a pagar	-	1
PIS a recolher	23	9
COFINS a recolher	105	40
IRPJ a recolher	76	74
CSLL a recolher	60	44
Outros	17	22
	<u>281</u>	<u>190</u>

#### 14. Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 59.398 (2021 – R\$ 59.398) dividido em 118.795 mil (2021 – 118.795 mil) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R\$ 0,50, nominativa, indivisíveis em relação à sociedade e não conversíveis em ações preferenciais.

##### Composição

	<u>Participação (%)</u>
Maxxima Energia Ltda.	93,35
Energias do Sul Ltda.	3,35
DJMF Energia Ltda.	3,30
Outros	0,00007

Durante o exercício de 2021, os acionistas efetuaram aumento de capital no montante de R\$ 7.037, mediante a integralização de valor de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021. Ainda em 2021, os acionistas deliberaram a redução de R\$896 anteriormente classificados como AFAC, uma vez que recuperaram esse valor do sinistro do seguro para conserto de equipamentos do ativo imobilizado.

O lucro do exercício de 2022 foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados.

#### 15. Receita líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita com geração de energia elétrica	17.814	10.499
Deduções:		

Pis	(133)	(75)
Cofins	(612)	(345)
	<u>17.069</u>	<u>10.079</u>

## 16. Custos de operação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Materiais e outros insumos	(277)	(200)
Serviços de terceiros	(248)	(536)
Depreciação e amortização	(2.512)	(2.522)
Consumo/compra energia (i)	(374)	(1.142)
	<u>(3.411)</u>	<u>(4.400)</u>

- (i) No final de 2021 a Ampla Energia S.A. readequou o valor e o quantitativo da TUSD (tarifa de utilização do sistema de distribuição) referente a linha de transmissão. Até nov/21 era cobrado 7.000 Kw a R\$ 7,89. A partir de dez/21 está sendo cobrado 14.000 Kw a R\$ 0,53.

## 17. Despesas por natureza

A composição das despesas é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas administrativas (i)	(374)	(784)
Serviços de terceiros (ii)	(2.014)	(2.646)
Despesas tributárias	(26)	(24)
Despesas com pessoal (iii)	(302)	(249)
	<u>(2.716)</u>	<u>(3.703)</u>

- (i) Despesas administrativas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros	(205)	(339)
Combustível e consumo próprio de energia	(27)	(28)
Aluguéis	(14)	(299)
Outras	(128)	(118)
	<u>(374)</u>	<u>(784)</u>

- (ii) Serviços de terceiros:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Auditoria, consultoria e assessoria	(420)	(651)
Despesas com viagens	(56)	(42)
Consultoria e serviços - Ambiental	(138)	(318)
Serviço de pessoa jurídica	(1.351)	(1.491)
Outros serviços	(49)	(143)
	<u>(2.014)</u>	<u>(2.646)</u>

- (iii) Despesa com pessoal:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e ordenados (a)	(228)	(188)
Encargos sociais	(72)	(60)
Outros benefícios	(2)	(2)
	<u>(302)</u>	<u>(249)</u>

- (a) A partir de outubro/2022 cancelamos o contrato de prestação de serviço de portaria e contratados 04 novos funcionários.

## 18. Despesas financeiras, líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	379	94
Descontos Financeiros	-	73
	<u>379</u>	<u>167</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos (i)	(4.512)	(3.856)
Despesas bancárias	(6)	(29)
Outras despesas financeiras (ii)	(433)	(8)
	<u>(4.951)</u>	<u>(3.892)</u>
	<u>(4.572)</u>	<u>(3.725)</u>

- (i) Os juros sobre financiamentos têm na sua composição a TJLP, em dez/21 era 0,4433% e em dez/22 0,6000%. O aumento do valor da despesa financeira reflete esse aumento na TJLP.

- (ii) Em 2022, a Poço Fundo pagou multa de R\$ 393 referente à geração a menor no fechamento do ano contratual.

## 19. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita bruta de vendas (a)	17.814	11.486
Base de cálculo IRPJ e CSLL	17.814	11.486
Presunção imposto de renda – 8%	1.425	919
Imposto de renda: 15%	214	138
Adicional do imposto de renda: 10%	118	68
Total de IRPJ (i)	332	206
Presunção contribuição social – 12%	2.138	1.378
Contribuição social: 9% (ii)	192	124
Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)	524	330

(a) A receita bruta auferida em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 11.486 e nesse mesmo ano foi concedido descontos incondicionais no montante de R\$987 mil os quais não são considerados na apuração do imposto de renda e contribuição social do lucro presumido.

## **20. Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **20.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### **20.2 Ativos financeiros**

#### **20.2.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

. Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

#### **Instrumentos de dívida**

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir:

. Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

#### **20.2.2 Impairment**

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

#### **20.2.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### **20.3 Contas a receber**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como crédito CCEE.

### **20.4 Impostos a recuperar**

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

### **20.5 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas sem alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última

data de balanço.

A Resolução Normativa nº 474, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012, estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico– MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012.

Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

## **20.6 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

## **20.7 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estes são apresentados como passivo não circulante.

## **20.8 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## **20.9 Conta de Ressarcimento – CCEE**

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

Refere-se a diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia – CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER.

Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa.

## **20.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

## **20.11 Provisão para desmobilização**

A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para custos de desmobilização na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo.

## **20.12 Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

## **20.13 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

## **20.14 Imposto de renda e contribuição social**

Em 2022 e 2021, a Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 8% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R\$ 60.000 trimestrais, perfazendo R\$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 12% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgado na data do balanço dos países em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

## 21. Seguros (não auditado)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2022 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Estruturas e obras civis	51.503
Responsabilidade civil	10.000
Máquinas, equipamentos, instalação e montagem	32.982
Lucros Cessantes	16.200

## 22. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## 23. Decisão do STF sobre a quebra da coisa julgada.

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos quando a Corte se pronunciar em sentido contrário. Diante disso, a Entidade avaliou a decisão do STF e não identificou impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras encontra-se a disposição dos interessados na sede da companhia.

**DIRETORIA:** Romero Costa de Albuquerque Maranhão Filho – Diretor Executivo – CPF 667.754.774-49. André Júlio Pimentel de Albuquerque Maranhão – diretor Executivo – CPF 457.109.704-25. Sérgio Correa Pimenta – Diretor Técnico – CPF 373.092.267-04 –  
**CONTADOR:** Luciano Pascoal dos Santos – CPF 052.680.224-31- CRC 020206/O-2